



METAMORFOSE
JURÍDICA

Políticas Públicas educacionais sobre resíduos sólidos: uma alternativa para efetivação da sustentabilidade no espaço urbano.

Autora: Larissa Wegner Cezar (larywegner@hotmail.com)

Orientador: Henrique Mioranza Koppe Pereira (henriquekoppe@gmail.com)

PROBIC/FAPERGS

Introdução

Através da urbanização da população, tem-se um aumento considerável na transformação de recursos naturais em lixo, e a aglomeração deste no espaço urbano. É proposto no presente estudo uma análise dessa situação bem como das Políticas Públicas educacionais como uma forma de enfrentamento desta problemática e como uma alternativa de alcance a sustentabilidade.

Método

Método analítico, que possui como elemento fundamental o estudo das diversas partes do todo para o entendimento global do problema.

Objetivo

O presente estudo, que está inserido no projeto de pesquisa “Hiperconsumo, riscos ambientais provocados pelos resíduos sólidos e Políticas Públicas no município de Caxias do Sul e Passo Fundo”, objetiva abordar sobre as consequências negativas ao meio natural e ao ser humano decorrentes da geração de resíduos sólidos e as políticas públicas educacionais como uma alternativa para enfrentar tal problemática e garantir a qualidade ambiental.

Discussão

À medida que avança essa transformação de recursos naturais em resíduos tóxicos, a exploração da natureza toma proporções insustentáveis. Infere-se que tal situação de degradação ambiental influencia negativamente na qualidade de vida do meio natural, bem como, do ser humano. Neste sentido, atenta-se que o ser humano necessita da natureza para sua sobrevivência, e que, portanto, é importante que se analise a natureza não como bem econômico ou bem de consumo, mas como um ente necessário para a sobrevivência do homem e do planeta.

Considerações finais

Como conclusões preliminares, é indubitável que se busque uma forma de educar a sociedade para os problemas ambientais e para a busca ordenada de poder, consumo e produção para fins de alcançar a sustentabilidade. Neste sentido a educação ambiental, através de políticas públicas parece ser a alternativa para que a população, fornecedores, produtores e fabricantes atentem-se para uma conscientização maior no que se refere à reciclagem do lixo, ao consumo consciente e a produção sustentável de produtos, considerando questões ecológicas e não somente econômicas.

Bibliografia

MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente:** Gestão Ambiental em foco. 7 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.
SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional.** São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

Apoio:



Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul